

# **A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: DOS FIOS QUE ORIGINARAM SUAS INSPIRAÇÕES ÀS REFLEXÕES SOBRE SUA CRIAÇÃO E O MODELO FILOSÓFICO-ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICO**

**Talamira Taita Rodrigues Brito** – Universidade Federal de Uberlândia –  
taitabrito@bol.com.br

**Ana Maria de Oliveira Cunha** – Universidade Federal de Uberlândia –  
anacunha@rapidanet.com.br

**Resumo:** Este texto é fruto de uma pesquisa teórica iniciada no mestrado no ano de 2004 sobre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que vem se desdobrando como pesquisa de doutorado desde o ano de 2007. O objetivo maior é apresentar um quadro histórico/político da forma como a UFU foi concebida e gestada até sua federalização e os impactos de sua política de criação nas concepções sobre ensino, pesquisa e extensão.

**Palavra-chave:** Universidade Federal de Uberlândia; política de criação; Modelo Filosófico/Administrativo/Pedagógico

## **NOTAS INICIAIS**

Este texto é fruto de uma pesquisa teórica iniciada no mestrado no ano de 2004 sobre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que vem se desdobrando como pesquisa de doutorado recentemente.

Nos últimos seis anos temos mantido uma linha de pensamento e estudos sobre universidade, formação do professor universitário, trabalho e carreira na universidade e seus desdobramentos no dia a dia de fazer universidade. Esse tema tem nos suscitado uma série de reflexões acerca do que temos como projeto histórico/político de universidade no Brasil.

A importância de apresentar este fragmento de nossa pesquisa teórica localiza-se em compreendermos que no atual cenário das Universidades Públicas Brasileiras se faz necessário ampliar alguns debates sobre sua existência, no que diz respeito ao questionamento que a sociedade tem mantido sobre sua legitimidade, sobre sua condição de existência política, sua função no mundo globalizado, sua autonomia diante do Estado para optar pelas coisas que de fato são de seu interesse. A forma como algumas universidades foram constituídas é apontada por nós como de suma importância para entendermos uma parte da história das universidades no Brasil, pois os desdobramentos que determinados formatos de criação de universidades trouxeram para o interior destas, apontam para uma política que pensou na universidade não como pertencente a um Programa de Desenvolvimento Social, pelo contrário, apontou para feitos/fins políticos de

pequenos grupos como movimento de ascensão e permanência nos espaços públicos de poder.

Diante dessa afirmação, é que entendemos que a história de composição da UFU precisa ser apresentada como um dos formatos que as iniciativas políticas particulares<sup>i</sup> adotaram como meio de compor um lugar chamado universidade e que esse tipo de iniciativa se por um lado anunciou uma mudança na organização social do espaço político-econômico-histórico local, por outro, também ofereceu possibilidades de críticas quanto aos desdobramentos deste tipo de política para o fomento de uma universidade mais consciente de seu papel, de sua função social e de seus desdobramentos futuros como um lugar que também deve ser visto como parte de uma projeto de desenvolvimento social, portanto, necessário e merecedor de espaços demarcados para a sua permanência na sociedade contemporânea. Portanto, como objetivo deste texto temos o de divulgar nossos achados sobre a UFU no que tange suas inspirações políticas, filosófica e pedagógica, bem como apontar quais foram contradições encontradas em seu movimento de ser fazer universidade durante as décadas de 60, 70 e 80 do século passado. A expectativa nossa quanto a divulgação de nossos achados paira sobre o desejo de contribuir para os estudos em torno da universidade pública no Brasil e suas contradições e ao mesmo tempo apontar os esforços feitos por sujeitos ao longo dos anos aqui no país para efetivar de fato um ensino superior público.

## **Da criação da Universidade Federal de Uberlândia**

Na realidade, no Brasil, todas as faculdades isoladas nasceram simplesmente de um esforço político, de pedidos da comunidade. É verdade, fica aqui um registro mais recuado no tempo, que quem queria estudar tinha que se locomover do interior do país para escolas situadas em lugares muito distantes, em geral no litoral. Então não havia dúvida nenhuma de que esse anseio de interiorizar o ensino superior era grande e justificado. (CAETANO; DIB, p. 44)<sup>ii</sup>

A UFU, assim como tantas outras Universidades criadas no período desenvolvimentista brasileiro, surgiu a partir de atos políticos e da junção de faculdades isoladas privadas, financiadas pelo Estado de Minas Gerais e pelo Governo Federal

existentes na cidade naquela época. Nesse caso, especificamente, a história de criação da UFU pode ser dividida em três fases: a criação das faculdades isoladas e de uma autarquia educacional mantida pelo estado, a implementação da Universidade de Uberlândia (UNU) - mantida pela Fundação Uberlandense de Ensino e a Federalização da Universidade de Uberlândia.

A criação das faculdades isoladas se deu, como afirmado na citação anterior, através do desejo de alguns idealistas que sonhavam com a criação de escolas superiores em Uberlândia. Na ocasião tais idealistas realizaram várias palestras pela cidade com o propósito de sensibilizar para tal necessidade, tanto a comunidade como as autoridades. O argumento de que a cidade se desenvolvia econômica, política e demograficamente e por conseqüência carecia de profissionais com maior formação cultural e intelectual foi uma das bandeiras para legitimar a existência de cursos superiores na cidade.

Assim, os primeiros passos foram dados. A criação da Escola Superior de Música<sup>iii</sup> (1957) - posteriormente Faculdade de Artes<sup>iv</sup>, da Faculdade de Direito (1960), da Faculdade de Filosofia (1960)<sup>v</sup>, da Faculdade de Ciências Econômicas (1963)<sup>vi</sup>, da Faculdade Federal de Engenharia (1961)<sup>vii</sup> e da Faculdade de Medicina (1968)<sup>viii</sup> podem ser consideradas como marco na história da Universidade Federal de Uberlândia.

A partir da criação da Faculdade de Medicina, surgiu o projeto de criação das Faculdades de Odontologia (1970) e Farmácia, esta última substituída pela de Medicina Veterinária<sup>ix</sup>, uma vez que o laboratório era muito caro e não se dispunha de verba para a construção e a manutenção de um curso dessa natureza, e tanto o curso de Odontologia quanto o de Veterinária tinham bases comuns em sua formação inicial que poderiam aproveitar a Faculdade de Medicina para seus estudos laboratoriais e teóricos. Para tanto, foi criada no governo de Israel Pinheiro, a Autarquia Educacional de Uberlândia,<sup>x</sup> com a finalidade de idealizar e manter escolas superiores de educação. Tal autarquia embora idealizada e aprovada para funcionamento, só virou realidade a partir de 1969, com a nomeação de Dr. Wilson Ribeiro como diretor.

Junto a este movimento, um grupo liderado por Aramitam Paes Leme, solicita a esta autarquia a criação da Faculdade de Educação Física, e com o apoio do Governador do Estado, Rondon Pacheco e do Deputado Federal Homero Santos, os cursos foram autorizados e em 1971 acontecia o primeiro vestibular unificado das três escolas: Odontologia, Educação Física e Medicina Veterinária. Posteriormente, esta autarquia será

aglutinada à então Universidade de Uberlândia tanto para fortalecê-la em seu processo de federalização quanto para desobrigar o estado dessa responsabilidade.

A criação das faculdades foi o primeiro passo para um projeto ainda maior – a criação de uma Universidade em Uberlândia. Assim, como afirma Juarez Altafin, ex-reitor da UNU e ex-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, em entrevista gravada em 1988,

Criadas as escolas isoladas, num determinado momento, Rondon Pacheco, então chefe da Casa Civil, teve a idéia de criar uma Universidade reunindo as escolas existentes. Estas pertenciam a mantenedoras diferentes: as Faculdades de Direito e Ciências Econômicas pertenciam a uma mantenedora; a de Filosofia e a de Artes a duas mantenedoras diferentes; a de Engenharia ao Governo Federal; a de Medicina a uma outra Fundação; a de Odontologia, Educação Física e Veterinária ao Estado de Minas Gerais. (CAETANO, p.92)

Desta forma, tomando como referência um decreto baixado pelo então Presidente Costa e Silva, já no final de seu mandato, que anunciava que, desde que fosse comprovada a existência de uma Escola Federal que conseguisse congregar mais quatro escolas de nível superior, criando então no mínimo cinco escolas, estas poderiam se transformar em Universidade, (CAETANO; DIB, p. 92), o governador Rondon Pacheco, na ocasião, se valeu desta afirmativa criando assim a Fundação Universidade de Uberlândia – que funcionou como uma forma de transição entre o sistema de faculdades isoladas e a consolidação de uma Universidade Federal. É importante registrar que neste processo, a já criada Faculdade Federal de Engenharia servirá de embrião para a futura UFU, vez que era a única mantida pelo Estado Maior.

O contexto no qual a Universidade Federal foi criada carece de maior explicação na medida em que o movimento de criação da UFU não dista da realidade das outras instâncias de ensino superior do país – criada por decreto sem passar pelo Congresso Nacional ou pelo Conselho de Educação.

As faculdades isoladas, ao seu modo, resistiram mesmo com toda a crise financeira que já era uma realidade antiga em algumas delas. A autonomia que cada uma tinha de mobilizar seus recursos, de nomear seus diretores, ou ainda de organizar-se administrativa e pedagogicamente, dificultou o processo de federalização.

Frente a este condicionante, à situação da Faculdade de Engenharia – única mantida pelos recursos da união e à necessidade de criação da Universidade, criou-se a partir do Decreto de nº 762 de 1969, um estatuto que assumia as escolas como

Universidade, mas ao mesmo tempo mantinha a autonomia financeira de cada mantenedora. A construção deste estatuto sob tais condições será palco da criação de vários problemas, dentre eles, o descaso para com a Universidade como um todo por parte do Governo Federal – Ministério da Educação, já que o estatuto era dúbio; a reitoria era apenas decorativa, pois cada faculdade se organizava e administrava seus recursos isoladamente, o que levava a crer que esta era uma Universidade que só existia no papel.

No mandato de Juarez Altafin, de dezembro de 1971 a dezembro de 1975, é que tal situação será resolvida. Mesmo sendo considerada por parte de alguns críticos do movimento, como uma gestão autoritária e centralizadora, será neste contexto que alguns dos problemas da Universidade serão resolvidos, pois ele teve como objetivo de sua gestão estruturar a Universidade como Universidade, ou seja, o trabalho de Juarez Altafin foi o de trazer para o seio da Universidade a idéia de reunião, de núcleo, proporcionando assim que as faculdades mudassem suas estruturas internas de funcionamento para fazer valer o compromisso firmado pelos diretores das escolas superiores em 1966 de doar os bens e os Direitos que compunham o patrimônio de cada uma delas para a criação da Universidade.

Sendo assim, um novo anteprojeto do estatuto foi produzido e aprovado pelas Congregações das Faculdades em 1975, e uma nova estrutura interna foi organizada – estrutura essa que é mantida até os dias atuais na UFU, fruto da Reforma Universitária através da lei 5.540 de 1968.

Se por um lado Juarez Altafin confluíu para o ideal da Ditadura Militar – organizando as faculdades em departamentos, readaptando a estrutura administrativa interna, por outro, foi a única forma entendida na época para unificar de uma vez a UFU internamente. A partir dessa reestruturação os cursos passaram a ser organizados em três centros: Centro de Ciências Biomédicas, Centro de Ciências e Tecnologias e Centro de Humanas e Artes.

Aqui, vale lembrar que a crise financeira das faculdades, assim como a inclusão em 1975 da escola de Medicina no orçamento da união – elevando para mais de 50% a contribuição do Governo Federal para manutenção da Universidade, gerou tanto o processo de aglutinação, quanto de federalização, ocasionando com isso o Direito por parte do Presidente da República de nomear como reitor da instituição: o professor José de Paula Carvalho (pró-tempore de 26/12/1975 a 08/05/1976). Tal ato foi decisivo para a compreensão de que a Universidade já pertencia ao Governo Federal.

Ocorrendo através da Lei de nº 6578 de 24 de maio de 1978, a federalização veio acompanhada de algumas medidas impostas pelo ministério, dentre elas a de manter a cobrança de mensalidades aos alunos da instituição. Tal situação só será resolvida no governo de João Figueiredo, a partir de 1980, quando este anuncia em campanha eleitoral realizada na cidade que sendo eleito, os alunos deixariam de pagar mensalidades, assumindo assim todo o custo orçamentário da Universidade.

O *processo de federalização* como pôde ser observado, durou aproximadamente dez anos. Nesse tempo,

[...] a expansão da Universidade de Uberlândia continuou processando-se, de forma que, ao ser federalizada em maio de 1978, contava com vinte e um cursos de graduação e trinta e duas habilitações, vinte e uma destinadas à formação do bacharel e dezesseis à do licenciado, como ilustra o quadro abaixo (NUNES: 2002, p. 83).

A UFU terminou por se tornar um centro de formação de professores para a região já que possuía dezesseis cursos de Licenciatura. É claro que por outro lado podemos fazer uma análise sobre a forma como os cursos foram criados e mantidos, pois ao observarmos nos documentos de sua criação, podemos notar que os cursos criados eram baratos, não precisavam inicialmente de grandes investimentos. Os cursos foram criados inclusive por semelhança, como é o caso do Direito, das Ciências Econômicas e da Filosofia, todos três partilhavam de um referencial bibliográfico muito próximo, assim como de professores também.

Na verdade, isso pode ser entendido como parte da história da educação brasileira de nível superior. A criação de cursos superiores por decreto ou ainda por integração de faculdades ora existentes nas cidades se tornou uma prática da qual nem a cidade de Uberlândia escapou, reflexo de uma política brasileira preocupada apenas com feitos e não com efeitos políticos sobre a sociedade.

Hoje, segundo Nunes (2000), a UFU é uma referência para a região conhecida como Triângulo Mineiro, onde ela se localiza. Sua estrutura, seus cursos, sua qualidade, suas pesquisas a têm-na colocado como uma das dez melhores Universidades públicas do Brasil.

A UFU é fruto de importantes movimentos históricos e políticos ocorridos na época de sua fundação. A rixa entre as cidades de Uberaba e Uberlândia ocasionada pela concorrência política/econômica/social entre as décadas de 60 e 70, a aglutinação de faculdades isoladas com pensamentos e formas de organização diferenciadas, a Ditadura

Militar e a Lei 5.540/68 da Reforma Universitária são aspectos importantes para a localização das condições sobre as quais a UFU foi fundada e que servirá para garantir, neste momento, a lucidez na discussão das questões voltadas para a análise da situação filosófica, administrativa e pedagógica desta Universidade.

A Lei da Reforma Universitária, segundo Germano (2000), tinha como orientação o baixo custo na formação profissional, a própria formação profissional para atender a um mercado capitalista que crescia de forma rápida e a desestruturação política dos *campi* universitários ora existentes, que consistia na fragilização do movimento estudantil, fragilização das organizações intelectuais docentes (aposentadorias compulsórias de professores em pleno exercício intelectual) e na fragilização do ideal de ensino superior público – já que a bandeira dos governos militares era a privatização do ensino superior e a ampliação de ofertas de cursos profissionalizantes para as massas.

O desmembramento das faculdades e a criação de Centros e Departamentos, assim como o isolamento das disciplinas em cada prédio para dificultar a concentração de grupos nos espaços físicos das Universidades, são aspectos que não podem ser deixados de lado na compreensão que temos de Universidade pública federal idealizada e implementada em pleno Regime Militar.

Assim, a UFU nasce sem muitos conflitos de ordem estrutural/ideológica, no sentido de ter sido montada numa condição *a posteriori* da Reforma Universitária. O problema da UFU era mais de ordem estrutural interna, vez que foi formada por grupos de origens diferentes do que por questões de cunho político nacional, aqui citando os exemplos da UNB, da UFMG, UFRJ.

As condições por que os professores foram trazidos para o seio da Universidade eram as mais variadas possíveis, pois enquanto faculdades isoladas, a maioria dos professores eram contratados como horistas e a grande parte deles moravam fora da cidade, isso devido à escassez de professores com qualificação suficiente em Uberlândia para trabalhar nas disciplinas, e praticamente muitos eram aproveitados entre os cursos existentes: um professor que ensinava no Direito também ensinava no curso de Economia, o professor que ensinava na Engenharia Mecânica ensinava também na Engenharia Química, o professor de Medicina ensinava na Odontologia. Isso só será resolvido após a federalização da UFU, já que o concurso passa a ser uma exigência para o encaminhamento e contratação de professores para atuar em disciplinas específicas.

As conseqüências dessa forma de prestação de serviços por parte dos docentes influenciaram no próprio entendimento de vida acadêmica e universitária, pois o tempo de permanência dos professores na instituição era quase o correspondente ao seu período de aula – a vivência acadêmica, o acompanhamento da vida da Universidade eram quase impossíveis.

A idéia de Universidade, por sua vez, foi algo construído no decorrer da vida que emergia na UFU. Por muito tempo a vida acadêmica ficará apenas com os planos de aulas, já que a ausência do mestrado e do doutorado na formação dos professores era elemento de empecilhos que impedia ou pelo menos comprometia maiores avanços no trabalho acadêmico, como, por exemplo, a atividade de pesquisa, de orientação e de produção de novos conhecimentos.

Isso pode ser confirmado nas palavras do professor José Rubens Damas Garllip<sup>xi</sup>, quando este afirma que:

o movimento docente vem sempre reivindicando condições concretas para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão passem a ser desenvolvidas, a fim de que as Universidades cumpram seu real papel perante a sociedade, que não é só de repassar o conhecimento, mas, fundamentalmente, de produzir novos conhecimentos (CAETANO; DIB, 1988: p.35) .

Esta característica influenciará na própria configuração da Universidade, pois pelo grau de formação e pelo tempo de dedicação desses profissionais à Universidade, o ensino será a mola mestra das atividades diárias dos professores.

Compreendendo que a vida na Universidade já estava consolidada e entendida como algo ligado à pesquisa, ao ensino e à extensão, ora exposto pela Lei 5.540, é possível perceber que durante muito tempo a UFU se valia apenas do ensino como sendo sua maior expressão acadêmica. Essa realidade só será modificada na medida em que o Concurso Público passa a fazer parte do contexto da UFU – no começo da década de 80, quando a Universidade já está sob responsabilidade do governo federal e as vagas passam a ser preenchidas somente através do concurso público de provas e títulos.

Ao mesmo tempo em que isso gera uma modificação na maneira como os professores ingressam no ensino superior, isso obrigava a quem já estava no movimento docente a se qualificar para acompanhar o próprio desenvolvimento da Universidade. Será



assim que a pesquisa passará a fazer parte do universo das atividades dos professores da UFU.

Muitas foram as barreiras para que de fato a pesquisa, assim como a extensão passassem a fazer parte do universo da docência universitária. A falta de investimento do governo, a falta de experiência dos professores com a pesquisa e com o Bacharelado, a forma como estava organizado o trabalho do professor, como afirma Prof<sup>a</sup> Marilena Schneider em entrevista feita em 1988, influenciou em definitivo na constituição da vivência acadêmica:

[...] eu notava que havia na mentalidade dos colegas aquele aspecto de que o importante era dar aulas. Então, era uma distinção muito grande, acho que decorrente da falta de convivência com a pesquisa e com o Bacharelado. A questão da pesquisa entrou na mentalidade do corpo docente que compreende, hoje, muito mais o que é pesquisa, compreende as dificuldades do trabalho e que é uma carga pesada. Mais ainda vejo a Universidade Federal de Uberlândia muito voltada para o ensino. Os cursos que preparam professor são realmente voltados para o ensino [...] E essa idéia de que o Bacharelado é voltado para a pesquisa, e a Licenciatura só para o ensino é uma idéia, a meu ver incorreta porque a pesquisa é essencial para o ensino [...]

Isso possibilita refletir que a história política da Universidade, assim como a forma como os professores aprenderam o significado da pesquisa e do ensino são elementos decisivos para a ampliação do significado da docência universitária.

A cisão existente entre pesquisar e ensinar é caminho trilhado de longas datas, embora a própria lei 5540/68 reforçasse a idéia do docente-pesquisador (CUNHA 2003), o que de certa forma inviabilizava o diálogo do professor com estes dois universos que compõem a idéia de Universidade – pelo menos aquela inspirada no modelo alemão Humboldtiano que se manifestou como uma das possibilidades para o tipo de Filosofia de Universidade que temos no Brasil.

Com a assunção da influência do modelo norte-americano de Universidade aqui no país, a pesquisa continua fazendo parte da prática do professor, mas em contra-partida, o distanciamento desse sujeito para com o ensino passa a ser relativamente maior, principalmente para aqueles cursos ligados às áreas de Ciências Exatas, Ciências Tecnológicas e Médicas, Cunha (2003), já que havia um incentivo financeiro especial para aqueles docentes que investissem na pesquisa.

## Alguns reflexões finais ...

A história de organização da UFU nos apresenta uma forma de entendimento de como algumas universidades foram se desenvolvendo no interior dos Estados brasileiros e em algumas capitais. Uma das conclusões que apresentamos é que a idéia de Universidade foi algo construído no decorrer da vida que emergia na UFU. Por muito tempo a vida acadêmica ficará apenas com os planos de aulas, já que a ausência do mestrado e do doutorado na formação dos professores era elemento de empecilhos que impedia ou pelo menos comprometia maiores avanços no trabalho acadêmico.

As universidades no interior dos estados, ou até nas capitais, não foram em sua maioria, constituídas como um projeto para a vida social e sim como feito político. Sendo assim, compreendemos que enquanto existir este tipo de política que não prioriza um desenvolvimento social no qual a universidade servirá para tal propósito, teremos um espaço ainda de pensar nela como cambio político, ou seja, um espaço de troca de favores que mobiliza inicialmente apenas os desejos de pequenos grupos e não a necessidade real de uma comunidade, o que reforça mais ainda a idéia de que a autonomia autárquica (marca das universidades públicas) não passa apenas de um ideal para aqueles que tentam fazer delas um espaço de construção de outras formas de politizar a produção intelectual no país.

---

<sup>i</sup> *Iniciativas políticas particulares* devem ser entendidas como as iniciativas tomadas por grupos de vereadores, deputados, senadores ou outros atores da política para a constituição de Universidades não com base numa linha de desenvolvimento social pertencente a uma cidade, mas sim, como feitos políticos como forma de concorrer com outro Município ou Estado ou até mesmo como forma de permanência na política. Registramos ainda que este tipo de prática foi e ainda é muito comum no movimento de criação das universidades no cenário brasileiro.

<sup>ii</sup> José Pepe Júnior – Professor e ex-diretor da Faculdade Federal de Engenharia. Entrevista gravada em março de 1988, por DIB e Caetano, para a constituição do livro “A UFU no imaginário social”, Editora EDUFU.

<sup>iii</sup> Conhecida como Conservatório Musical de Uberlândia.

<sup>iv</sup> Em 1974 já funcionavam os cursos de Música (piano, violino, violoncelo, violão, contrabaixo, acordeom e o antigo curso de educação musical) e de Artes Plásticas .

<sup>v</sup> Criada junto à Faculdade de Direito pela Irmã Maria Lazara Fiorini – os cursos oferecidos eram: Pedagogia, Letras Anglo-Germânicas e Letras Neo-Latinas. Posteriormente durante a Direção de Ilar Garotti (1962 a 1967) outros cursos foram criados: História, Geografia, Estudos Sociais, Matemática, Ciências Biológicas, Química e Psicologia.

<sup>vi</sup> A mantenedora era a mesma da Faculdade de Direito.

<sup>vii</sup> A Faculdade Federal de Engenharia foi criada pela lei de número 3864 de 1961, o que na verdade não orientava a forma como funcionaria a faculdade, foi em Dezembro de 1962, através da lei de número 4170, que ficou definida a forma como seria orientado o curso de engenharia – seus custos orçamentários e os cursos que funcionariam naquela faculdade. O primeiro Vestibular aconteceu em 1964, mas em decorrência do Golpe Militar, os cursos só começaram a funcionar em 1965. Os cursos existentes eram o de Engenharia Mecânica e Engenharia Química.

---

<sup>viii</sup> Esta Faculdade foi idealizada por um grupo de médicos que posteriormente fundaram uma mantenedora FEMECIU (Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia) para promover/manter o curso, já que não era proposta do Governo Costa e Silva criar escolas públicas de nível superior.

<sup>ix</sup> A Faculdade de Medicina Veterinária inicialmente começou a funcionar em Tupaciguara/Mg. Posteriormente ela foi incorporada à UNU.

<sup>x</sup> DR Wilson Ribeiro da Silva foi o primeiro nome que assumiria a direção da Autarquia Educacional em Uberlândia (1969 a 1972). Esta autarquia estadual mantinha apenas três cursos: Odontologia, Educação Física e Medicina Veterinária.

<sup>xi</sup> Professor do Departamento de Economia da UFU. Entrevista gravada em 1988.

## **REFEREÊNCIA**

CUNHA, L. A. Ensino superior no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 151-204 (Coleção Historial, 6).

CAETANO, C. G.; DIB, M. M. C. **A UFU no imaginário social**. - Uberlândia: EDUFU, 1988.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 297 p.

NUNES, A. M. da S. **Escola de Educação Básica – ESEBA: saberes, práticas e significados para os cursos de formação de professores da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, MG: 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 1997